

PROJETO ELEIÇÕES – UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR CONSTRUINDO UMA FORMAÇÃO POLÍTICA E CIDADÃ AOS EDUCANDOS DA ECOLÓGICA¹

Aline Mendes Vasco² - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Bruno Ribeiro da Costa³ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Gillys Vieira da Silva⁴ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Nailôn Ferreira Silveira⁵ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Viviane Ongaro⁶ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT

Eixo Temático: Ensino Fundamental.

Resumo

As discussões sobre política vêm ganhando espaço significativo junto à sociedade brasileira, principalmente na contemporaneidade. Uma nova visão historiográfica – fenômeno, movimento ocorrido mundialmente aliado ao fácil acesso à informação através das redes sociais e as atuais mudanças políticas vivenciadas no país nos últimos anos vêm trazendo à tona discussões sobre como a falta de participação política impacta o dia a dia do cidadão. Corrupção, escândalos e a importância da representatividade vêm sendo debatidos por pessoas comuns que buscam cada vez mais obter conhecimento sobre esses assuntos. Ao longo dos últimos dois séculos, a expansão dos direitos políticos e civis fez com que as ideias que a população tem sobre o tema ganhasse novos contornos. Definitivamente a política vem adentrando a vida das pessoas. A escola, por sua vez, não pode ficar alheia a tais mudanças e transformações. Torna-se fundamental educar para cidadania, estimulando sujeitos mais participativos e críticos. A escola deve se transformar num ambiente propício para a convivência social, a cidadania e a construção da consciência política, fazendo com que os sujeitos envolvidos se tornem autores de sua própria transformação social. O presente trabalho

¹Escola Ecológica Marcelino Champagnat, Almirante Tamandaré, Paraná.

²Especialista em Informática na Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), licenciada em Sistemas de Informação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: aline.m.vasco@gmail.com.

³Licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: brcosta.mat@gmail.com.

⁴Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – (UFPA), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual de Maringá – (UEM), Mestranda em Educação pela PUC-PR. E-mail: gvsilva@solmarista.org.br.

⁵Especialista em Sociologia Política (UFPR). Licenciado em Ciências Sociais – Sociologia (UFPR) e História (F. Espírita). E-mail: nailon.silveira@solmarista.org.br.

⁶Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Jornalista diplomada pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Pós-Graduada em Comunicação para o Terceiro Milênio pela Pontifícia Universidade Federal do Paraná (PUC-PR). E-mail: vongaro@solmarista.org.br.

visa apresentar o projeto Política na Escola, desenvolvido de forma interdisciplinar na Escola Ecológica Marcelino Champagnat, em Almirante Tamandaré, região Metropolitana de Curitiba. Vale ressaltar que o projeto piloto iniciado em 2014, cujo objetivo era apenas verificar o conhecimento dos alunos sobre o tema política, tomou novas formas e contextos ao longo de dois anos de trabalho. A busca de uma representatividade concreta, a participação efetiva durante o processo de pleito, o estímulo ao debate, o respeito às diferenças ideológicas, a importância da criação de propostas concretas e condizentes as necessidades da coletividade e o uso da comunicação de forma consciente são conquistas alcançadas ao longo do processo pedagógico.

Palavras-chave: Política. Cidadania. Representatividade. Eleições. Interdisciplinaridade.

Introdução

Historicamente a sociedade brasileira desconsiderou a presença de crianças e adolescentes como agentes efetivos de participação política. As relações sociais, em muitas situações, continuam associando esse grupo etário a uma postura passiva de poder e obediência, principalmente frente a entidades reguladoras como a igreja, a família e até mesmo a própria escola.

Estudioso da infância e da percepção desta época da vida do ser humano em relação as demais idades vividas pelo homem, Philippe Ariès (1978) revela que a iconografia infantil sempre esteve relacionada ao acompanhamento do adulto. Crianças sempre foram retratadas como réplicas ou miniatura dos adultos. A infância sempre foi representada como uma mera fase de transição ao se chegar à idade adulta.

Ariès (1978) destaca ainda que nem todas as crianças vivem a infância propriamente dita, devido as suas condições econômicas, sociais e culturais. Além disso, a explosão capitalista, associada ao uso de mão de obra infantil contribuiu, historicamente, para aumentar desigualdades ressaltando que o valor dado às crianças é diverso e varia de acordo com a época e até mesmo classe social. (ARIÈS, 1978).

No Brasil, políticas públicas como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), criado em 1990, apresenta diretrizes significativas que buscam intensificar o papel de crianças e adolescentes na sociedade, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. Assim como nas concepções de Ariès (1978), o estatuto busca entender os problemas sociais e emocionais atualmente existentes e, principalmente, garantir que esse público antes pouco perceptível possa ocupar seu devido lugar na sociedade.

A partir desta perspectiva a escola vem gradativamente percebendo a importância de uma reflexão frente ao desafio de fortalecer no ambiente estudantil uma democracia participativa entendida como garantia ao exercício da cidadania. A democratização da educação e da gestão escolar implica na distribuição do poder.

Assim como alerta Rodrigues (1983) ao afirmar que com a viabilização do processo democrático na escola é possível “quebrar a espinha dorsal do autoritarismo” presente no seu interior. (RODRIGUES, 1983, p.43).

Portanto a inserção de crianças e adolescentes como novos sujeitos políticos, historicamente excluídos do processo democrático, implica na modificação das relações sociais. Antes baseadas na autoridade e na subordinação, a presença deste público nas decisões cria o elo entre sujeitos com os mesmos direitos.

Assim, entendendo a participação como um direito, a Rede Marista de Solidariedade (RMS), que atende em todo o País 16 mil crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, busca fortalecer práticas que fomentem o protagonismo à luz da participação. O objetivo é o comprometimento com a transformação social desses sujeitos, priorizando uma educação integral visando à emancipação dos educandos, buscando garantir um trabalho de defesa dos direitos da criança e do adolescente aliado ao desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Nesta perspectiva a missão Marista tem como premissa uma formação cidadã e humana, valorizando pessoas e criando vínculos, no protagonismo social, na participação da família e da comunidade e na promoção da cidadania. Para tanto vem estimulando o desenvolvimento de ambientes comunicacionais partindo da prática do ouvir e observar numa postura reflexiva e encaminhar as intervenções educativas a partir das reflexões vindas da escuta.

Inspirados no princípio de uma educação transformadora que corrobora na formação integral do sujeito, a Escola Ecológica Marcelino Champagnat, localizada em Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, cuja oferta de atendimento se dá na educação básica, fundamental II, na perspectiva de uma Educação Integral em Tempo Integral, vem construindo desde 2012 um espaço de participação próprio, utilizando uma metodologia pedagógica de emancipação e gestão conjunta.

Assim, a escola incluiu em seu itinerário pedagógico a partir do ano supracitado, um espaço denominado de assembleias, onde um educador media uma conversa com uma turma da qual é o representante e neste momento os educandos levantam demandas e melhorias para a

escola. Durante este processo, notou-se a necessidade de uma formação efetiva sobre cidadania, bem como a importância da participação dos educandos na construção da proposta educativa.

Diante do desenvolvimento e fortalecimento do movimento das assembleias, surge o projeto Eleições, que tem o objetivo de reconhecer os educandos como sujeitos de sua própria história e de sua história coletiva.

A Interdisciplinaridade no Projeto Eleições

No tecer de uma proposta pedagógica cuja participação é vista como um eixo norteador e estratégico na formação de sujeitos que lutam por seus direitos, a política se torna uma temática que corrobora no processo formativo dos educandos.

Essa nova perspectiva educacional traz à tona discussões sobre as maneiras formais e não-formais de ensino. O debate gira agora em torno das mudanças curriculares. Conforme nos apresenta Santiago (2013), o desafio está em reconhecer os diferentes contextos dos nossos educandos. O currículo deve ser pautado a partir de experiências que promovam perspectivas diversas sobre o contexto sociocultural dos alunos. Há uma necessidade de se compreender a escola como espaço de produção cultural e crítico.

Assim, a Escola Ecológica Marcelino Champagnat possui em seu itinerário pedagógico o desenvolvimento de trabalho por projetos. Entre as propostas está a de trocar a antiga forma de inserir conteúdos por blocos substituindo estes por projetos de trabalho. Desta forma há uma perspectiva do conhecimento globalizado e relacional. Portanto a função do projeto de trabalho é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) O tratamento da informação; 2) A relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.

Na Escola Ecológica, o trabalho por projeto não tem o intuito de chegar a uma resposta única, nem perfeita, nem definitiva, mas sim permitir uma reflexão e possibilidades de melhoria sobre os mais variados temas propostos. Vale ressaltar que a aprendizagem nos projetos de trabalho baseia-se nas descobertas espontâneas dos alunos. (HERNÁNDEZ & VENTURA, 1998).

Neste contexto de trabalho por projetos e interdisciplinaridade encontra-se o projeto Eleições, que busca através de atividades que envolvem disciplinas como Matemática, História

e Educomunicação o desenvolvimento do protagonismo juvenil e uma formação prática de cidadania em um cenário que visa uma participação ativa dos educandos no processo de gestão democrático-participativa da escola.

O projeto Eleições se configura como um espaço de atividades que tem o objetivo de eleger, por meio de um processo eleitoral, o representante geral da escola, bem como seu vice.

Para isso, a educomunicação trabalha na vertente da elaboração de todo o material de campanha, que permeia o processo eleitoral, além de mediar a realização do debate entre os candidatos a representantes e o processo de votação.

A participação da Matemática nesse projeto consistiu-se em atividades diferenciadas desenvolvidas com educandos dos sextos e sétimos anos antes das eleições e uma atividade de pesquisa com a participação de toda a escola no dia da eleição.

O foco da atividade com os sextos anos foi considerar os 10 candidatos e partir disso criar pesquisas de intenção de votos com todos os educandos, professores e colaboradores da escola, em datas diferenciadas.

A atividade dos sétimos anos estava baseada na solidez das propostas criadas pelos candidatos, onde as equipes divididas nas turmas criaram planilhas eletrônicas orçando o valor das propostas de cada candidato no objetivo de verificar a viabilidade de tais propostas considerando as condições financeiras da escola.

No dia da eleição elaborou-se uma pesquisa de boca de urna, que acompanhou todo o processo de votação do dia. Uma turma de educandos, divididos em grupos, realizavam a pesquisa e projetavam um gráfico no pátio da escola para que todos pudessem acompanhar.

Após os alunos, professores e colaboradores votarem, eram abordados pelos entrevistadores, que perguntavam se o eleitor teria o interesse de divulgar em quem ele votou. Caso o eleitor divulgasse seu voto, o gráfico era atualizado pelos educandos. O objetivo foi despertar nos educandos a emoção de acompanhar a apuração de uma eleição e que eles pudessem analisar se o resultado da pesquisa de boca de urna seria igual ao resultado expresso na urna ao final do processo de votação.

A parceria com a História se desenvolveu a partir dos temas centrais da democracia e das relações de poder dentro de vários cenários históricos. A ênfase do trabalho desenvolvido foi na percepção da importância da participação política como representante e representado dentro de uma sociedade democrática. Também buscou-se, durante o processo, explicitar que a

democracia e o voto são direitos conquistados a partir de muito esforço e lutas, mas é um direito que traz consigo várias responsabilidades.

O momento seguinte foi de um levantamento histórico do cenário político brasileiro, desde o início do cenário republicano no final do século XIX até o processo de redemocratização e eleições do século XXI.

A metodologia do Projeto Política na Escola

No âmbito educacional, a gestão democrática é defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando garantir processos coletivos de participação e decisão. Tal discussão encontra respaldo na legislação educacional.⁷

A LDB nº 9.394/1996 propõe no ART. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII – Gestão democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino. [...] Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; [...].

Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada.

Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo. Esta mudança está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola (OLIVEIRA & MORAES & DOURADO).

Para uma compreensão mais ampla, na concepção de gestão democrático-participativa, podemos tomar como base os estudos de Paro e Libâneo (2004). Este explicita que, nessa concepção:

⁷Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf. Acesso em: 11/04/2016.

Argumenta-se em favor da necessidade de se combinar a ênfase nas relações humanas e na participação nas decisões com ações efetivas para se atingir com êxito os objetivos específicos da escola (LIBÂNEO, 2004, p. 125-126).

A participação é um elemento central que define e garante a gestão democrática. Tal participação inclui profissionais, usuários e sociedade civil, e deve marcar a tomada de decisão e o funcionamento da organização escolar. A essência da participação está na tomada de decisão e na sua aprendizagem a partir das escolhas realizadas, e não apenas na execução das decisões por outros definidas.

Na ação de se gerir democraticamente uma escola cujos objetivos e metas da instituição tornam-se mais significativos para todos os seguimentos que ali atuam, favorece a aproximação entre pais, alunos e professores.

Nas escolas, a prática democrática adquire um sentido mais forte, de “experimentar formas não autoritárias de exercício do poder, de intervir nas decisões da organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos.” (LIBÂNEO, 2004, p.102 apud SILVA, 2014, p.123).

Assim, entendendo a educação enquanto espaço-tempo da construção coletiva e da ressignificação de saberes empíricos, pensar um projeto político pedagógico que tenha em suas bases filosóficas o princípio da participação fortalece uma proposta pautada no diálogo entre os pares e garante voz aos sujeitos que compõe as escolas, tornando assim a aprendizagem em um movimento significativo, pois participação é vivencia política. Para RMS (2010), uma aprendizagem significativa ocorre:

Por meio da vinculação de novos conhecimentos aos que já fazem parte do repertório do sujeito, desenvolvendo-se uma rede de significados em permanente processo de ampliação. A cada nova interação, um novo sentido é produzido e a compreensão e o estabelecimento de relações são potencializados. (UMBRASIL, 2010, p.59)

É neste cenário que encontramos pautada a política de gestão da Escola Ecológica Marcelino Champagnat. A prática diária da escola conta com inúmeros momentos pedagogicamente organizados no itinerário escolar com o intuito de fortalecer a gestão democrática e aprimorar a participação de todos os sujeitos envolvidos. O processo de escolha do representante geral através das eleições internas da escola é um desses momentos.

O projeto Eleições, em seu processo, elege por meio da simulação de uma eleição real e interna da escola o representante e vice representante geral da instituição, envolvendo todo o processo de campanha da eleição brasileira, desde a elaboração de materiais para campanha,

como plataforma de governo, jingle, cartazes e santinhos, inclusive o debate entre os candidatos.

Ainda dentro deste processo, existe o dia da eleição onde os educandos, através de um sistema de simulação de uma urna eletrônica, elaborado para este dia, votam no candidato de sua escolha.

Figura 1 – Educandos participando do processo de votação



Fonte: Escola Ecológica Marcelino Champagnat 2015

Sobre o sistema que simula uma eletrônica, vale destacar que o mesmo foi elaborado com o intuito de atender a dinâmica e as especificidades do processo de votação elaborado pela escola, ou seja, o sistema fornecia a possibilidade de todas as vertentes da urna eletrônica real, como o voto branco, nulo e votos válidos, porém, abordando as necessidades específicas da eleição de representante geral da Escola Ecológica.

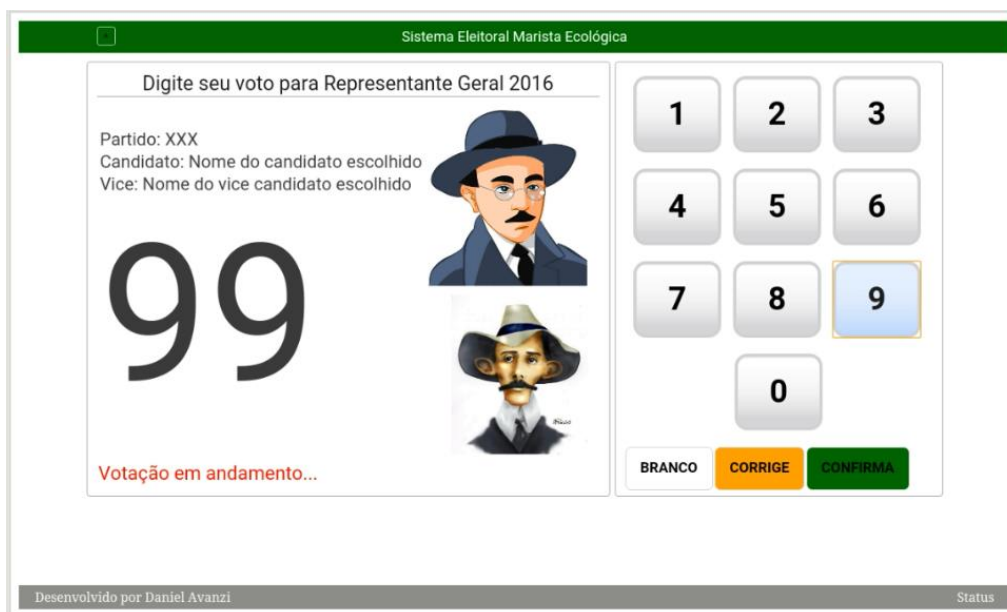
Figura 2 – Tela Inicial do sistema simulador de urna eletrônica



Fonte: Escola Ecológica Marcelino Champagnat 2016

O sistema apresentava na tela, após o eleitor digitar o número de um determinado candidato, as fotos e informações como partido e nome do vice candidato a representante geral.

Figura 3 - Tela com apresentação das fotos dos candidatos e suas informações



Fonte: Escola Ecológica Marcelino Champagnat 2016

O teclado, assim como as tecla, Branco, Corrige e Confirma, foram dispostas na tela da mesma forma como estão na urna nas eleições reais. Outra especificidade do sistema está no teclado virtual, pois cada eleitor realizava o seu voto através de 4 tablets disponíveis em uma sala organizada para garantir a integralidade do voto secreto durante a realização do processo de votação.

É importante ressaltar que a cada voto finalizado corretamente, a urna emitia um som equivalente ao som da uma urna de votação real. Tal aviso sonoro permitia ao mesário a identificação da realização correta do voto por parte do eleitor. O processo inverso também foi pensando, e a cada voto irregular, ou seja, que não se categorizavam como branco, nulo ou

válido, a urna emitia um som de alerta para que os mesários pudessem auxiliar o eleitor a efetivar o seu voto.

O educando eleito representa a escola em diversos eventos e reuniões, dentre elas a reunião da gestão ampliada, que reúne um ou mais representantes de cada setor da escola, e discute assuntos que visam a melhoria do espaço, do funcionamento e do bem-estar das relações entre as pessoas que estão e fazem parte do cenário escolar.

- ***A reunião da Gestão Ampliada***

O educando eleito participa da reunião da gestão ampliada que ocorre mensalmente e representa as opiniões, desejos e anseios de seus representados. Esta reunião conta com a participação de um ou mais representantes de cada setor da escola, ou seja, representantes da gestão, secretaria, educandos, professores, equipe administrativa e equipe de apoio, e discute assuntos levantados na reunião do CRT (Conselho dos representantes de turma) e outros que são levantados pelos representantes dos demais seguimentos e visam a proposição de soluções e/ou melhorias para os problemas e questões apontados, com o intuito de contribuir para a melhoria do ambiente escolar como um todo.

Considerações Finais

Num momento em que se discute a proibição da discussão política por educadores e educandos em sala de aula, se torna crucial o desenvolvimento de projetos que primem pelo desenvolvimento da temática no âmbito escolar. Vale ressaltar que todos os dias e em todos os momentos a política se desenvolve, seja na escolha de representantes a nível municipal, estadual e federal, seja numa simples decisão de condomínio, de associação de bairro ou mesmo dentro das próprias casas ao se decidir de forma democrática o próprio orçamento familiar. Portanto a política faz parte do dia a dia de cada cidadão e deve ser discutida em todos os segmentos da sociedade por membros de todas as idades e classes sociais. A escola, portanto, não pode se abster de tais discussões.

Ao se dar oportunidade de jovens e adolescentes de participarem de um processo democrático de escolha dos próprios representantes e dar-lhes o direito a decisão da própria gestão escolar, busca-se corrigir um erro histórico que considerava que pessoas nessa faixa

etária eram incapazes de discutir assuntos importantes e que tem relação direta com suas próprias vidas e realidades.

Embora a democracia seja algo recente no país, se torna um equívoco reduzir o tema apenas a questão partidária. Acompanhar o processo de aprendizagem e incluir noções práticas de participação e cidadania no contexto dos estudantes melhora positivamente a postura dos educandos, modificando o relacionamento com os colegas e, conseqüentemente, com a própria sociedade. Relembrando que a política é fundamental para o relacionamento dos seres humanos e de suas tomadas de decisões.

Busca-se, desta forma, a conexão de que a escola também é lugar para se falar e vivenciar a cidadania e a democracia. Torna-se fundamental incentivar e estimular a prática da convivência, o respeito ao debate de ideias e a promoção de atividades democráticas.

Portanto, muito mais do que ensinar as funções do estado e até mesmo da administração pública, ao desenvolver um projeto voltado à política na escola, o objetivo é suprir uma carência educacional brasileira promovendo o convívio e, principalmente, o respeito, componentes essenciais que devem estar presentes fortalecendo o currículo escolar.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. O conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- OLIVEIRA, João Ferreira de & MORAES, Karina Nunes de & DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2016.
- PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- RODRIGUES, Neidson. **A democratização da escola: novos caminhos**. Revista Nacional da Educação: São Paulo, n. 6, p. 42-48, 1983.
- SANTIAGO, Mylene Cristina, ABDELJALIL, Akkari, MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação intercultural: desafios e possibilidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. **Projeto Educativo do Brasil Marista:** nosso jeito de conceber a Educação Básica/ União Marista do Brasil. Brasília: Umbrasil, 2010.